

# O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

De acordo com o novo  
Código de Processo Civil –  
Lei n. 13.105, de 16-3-2015

LUÍS ROBERTO  
BARROSO

7ª edição

# ÍNDICE

Abreviaturas .....	7
Nota à 7ª edição .....	19
Introdução .....	21
<b>Capítulo I — CONCEITOS FUNDAMENTAIS, REFERÊNCIA HISTÓRICA E DIREITO COMPARADO</b> .....	23
I — GENERALIDADES. CONCEITO. PRESSUPOSTOS .....	23
II — O PRIMEIRO PRECEDENTE: <i>MARBURY V. MADISON</i> .....	25
1. O contexto histórico .....	25
2. O conteúdo da decisão .....	27
3. As consequências de <i>Marbury v. Madison</i> .....	31
III — O FENÔMENO DA INCONSTITUCIONALIDADE .....	33
1. Existência, validade e eficácia dos atos jurídicos e das leis .....	34
1.1. O plano da existência .....	34
1.2. O plano da validade .....	35
1.3. O plano da eficácia .....	36
2. Nulidade da norma inconstitucional .....	37
3. <i>Kelsen v. Marshall</i> : a tese da anulabilidade da norma inconstitucional .....	41
4. Algumas atenuações à teoria da inconstitucionalidade como nulidade .....	42
IV — ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE .....	47
1. Inconstitucionalidade formal e material .....	48
1.1. Inconstitucionalidade formal .....	48
1.2. Inconstitucionalidade material .....	51
2. Inconstitucionalidade por ação e por omissão .....	53
2.1. Inconstitucionalidade por ação .....	53
2.2. Inconstitucionalidade por omissão .....	54
2.2.1. Da legislação como faculdade e como dever jurídico .....	55

2.2.2. Da omissão total .....	57
2.2.3. Da omissão parcial .....	59
3. Outras classificações .....	61
V — MODALIDADES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	63
1. Quanto à natureza do órgão de controle .....	64
1.1. Controle político .....	64
1.2. Controle judicial .....	66
2. Quanto ao momento de exercício do controle .....	67
2.1. Controle preventivo .....	67
2.2. Controle repressivo .....	69
3. Quanto ao órgão judicial que exerce o controle .....	69
3.1. Controle difuso .....	69
3.2. Controle concentrado .....	70
4. Quanto à forma ou modo de controle judicial .....	72
4.1. Controle por via incidental .....	72
4.2. Controle por via principal ou ação direta .....	73
VI — LEGITIMIDADE DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	74
VII — SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	85
1. Antecedentes do modelo em vigor .....	85
2. O sistema de controle judicial de constitucionalidade na Constituição de 1988 .....	87
3. Atuação do Executivo e do Legislativo no controle de constitucionalidade .....	90
3.1. Controle de constitucionalidade pelo Poder Executivo .....	90
3.1.1. O poder de veto (CF, art. 66, § 1º) .....	90
3.1.2. Possibilidade de descumprimento de lei inconstitucional .....	92
3.1.3. Possibilidade de propositura de ação direta .....	96
3.2. Controle de constitucionalidade pelo Poder Legislativo .....	97
3.2.1. Pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça .....	97

3.2.2.	Rejeição do veto do Chefe do Executivo ..	97
3.2.3.	Sustação de ato normativo do Executivo ..	98
3.2.4.	Juízo prévio acerca das medidas provisórias	98
3.2.5.	Aprovação de emenda constitucional supe- radora da interpretação fixada pelo Supre- mo Tribunal Federal .....	99
3.2.6.	Possibilidade de propositura de ação direta por órgãos do Legislativo .....	100
3.2.7.	Possibilidade de revogação da lei inconsti- tucional, mas não da declaração de inconsti- tucionalidade por ato legislativo .....	100
4.	A questão da modulação dos efeitos temporais .....	101
5.	A súmula vinculante .....	104
5.1.	Introdução .....	104
5.2.	Objeto .....	107
5.3.	Requisitos e procedimento .....	109
5.4.	Eficácia .....	111

## **Capítulo II — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POR VIA INCIDENTAL** .....

I — CARACTERÍSTICAS .....	116
1. Pronúncia de invalidade em caso concreto .....	116
1.1. Quem pode suscitar a inconstitucionalidade .....	116
1.2. Onde pode ser suscitada a questão constitucional ...	118
1.3. Que normas podem ser objeto de controle inci- dental .....	119
2. Questão prejudicial .....	120
3. Controle difuso .....	121
3.1. Qualquer juiz ou tribunal pode exercer controle incidental .....	121
3.2. Maioria absoluta e reserva de plenário .....	123
3.3. Procedimento da declaração incidental de inconsti- tucionalidade perante órgão fracionário de tribunal	126
3.4. Controle difuso pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal .....	128

3.4.1. Cabimento do recurso extraordinário.....	131
3.4.2. Objeto do recurso extraordinário .....	135
3.4.3. A repercussão geral .....	138
3.4.4. A reserva de plenário.....	158
3.4.5. Cabimento simultâneo dos recursos especial e extraordinário.....	158
II — EFEITOS DA DECISÃO .....	160
1. Eficácia subjetiva e objetiva. Inexistência de coisa jul- gada em relação à questão constitucional .....	160
2. Eficácia temporal .....	161
3. Decisão pelo Supremo Tribunal Federal e o papel do Senado Federal .....	165
III — O MANDADO DE INJUNÇÃO .....	169
1. Generalidades .....	169
2. Competência .....	170
3. Legitimação .....	172
4. Objeto .....	174
5. Procedimento .....	179
6. A decisão e seus efeitos .....	180
<b>Capítulo III — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POR VIA DE AÇÃO DIRETA .....</b>	<b>191</b>
I — CARACTERÍSTICAS GERAIS .....	191
1. Pronunciamento em abstrato acerca da validade da norma .....	191
2. Questão principal .....	192
3. Controle concentrado .....	194
II — A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE .....	194
1. Competência .....	195
2. Legitimação .....	197
3. Objeto .....	210
4. Processo e julgamento .....	225
4.1. Procedimento .....	225

4.2. Medida cautelar .....	230
4.3. Decisão final .....	234
5. Efeitos da decisão .....	235
5.1. A coisa julgada e seu alcance .....	235
5.2. Limites objetivos da coisa julgada e efeitos objetivos da decisão .....	238
5.3. Limites subjetivos da coisa julgada e efeitos subjetivos da decisão .....	243
5.4. Efeitos transcendentales .....	248
5.5. Efeitos temporais .....	250
5.5.1. A questão da modulação dos efeitos temporais .....	251
5.5.2. Outras questões .....	257
6. Repercussão da decisão em controle abstrato sobre situações já constituídas .....	260
6.1. Distinção entre os efeitos da decisão no plano abstrato e no plano concreto .....	261
6.2. Decisão em controle abstrato e coisa julgada .....	262
6.3. O debate acerca da relativização da coisa julgada .....	269
III — A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE .....	274
1. Generalidades .....	274
2. Competência .....	277
3. Legitimação .....	278
4. Objeto .....	280
5. Processo e julgamento .....	281
5.1. Procedimento .....	281
5.2. Medida cautelar .....	282
5.3. Decisão final .....	283
6. Efeitos da decisão .....	285
6.1. Limites objetivos da coisa julgada e efeitos objetivos da decisão .....	285
6.2. Limites subjetivos da coisa julgada e efeitos subjetivos da decisão .....	287
6.3. Efeitos temporais .....	288

7.	Repercussão da decisão em controle abstrato sobre as situações já constituídas .....	289
7.1.	Distinção entre os efeitos da decisão no plano abstrato e no plano concreto .....	289
7.2.	Decisão em controle abstrato e coisa julgada .....	291
IV —	A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO .....	292
1.	Generalidades .....	292
2.	O fenômeno da inconstitucionalidade por omissão .....	295
3.	Competência .....	298
4.	Legitimação .....	300
5.	Objeto .....	302
6.	Processo e julgamento .....	305
6.1.	Procedimento .....	305
6.2.	Medida cautelar .....	307
6.3.	Decisão final .....	309
7.	Efeitos da decisão .....	310
7.1.	Da omissão inconstitucional total .....	310
7.2.	Da omissão inconstitucional parcial .....	314
7.3.	Efeitos objetivos, subjetivos e temporais .....	319
<b>Capítulo IV — DUAS HIPÓTESES ESPECIAIS DE CONTROLE CONCENTRADO: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL E AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA .....</b>		<b>321</b>
I —	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL .....	321
1.	Generalidades .....	321
2.	Espécies .....	325
3.	Pressupostos de cabimento .....	328
3.1.	Pressupostos gerais .....	328
3.1.1.	Descumprimento de preceito fundamental .....	328
3.1.2.	Inexistência de outro meio idôneo (subsidiariedade) .....	335

3.2. Pressuposto específico da arguição incidental: relevância da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo .....	340
4. Competência .....	342
5. Legitimação .....	343
6. Objeto .....	346
6.1. Atos do Poder Público e atos privados .....	347
6.2. Atos normativos .....	348
6.2.1. Direito federal, estadual e municipal .....	348
6.2.2. Direito pré-constitucional .....	350
6.2.3. Atos infralegais .....	352
6.3. Atos administrativos .....	353
6.4. Atos jurisdicionais .....	355
6.5. Controle da omissão legislativa .....	356
7. Processo e julgamento .....	357
7.1. Procedimento .....	357
7.2. Medida liminar .....	358
7.3. Decisão final .....	360
8. Efeitos da decisão .....	361
9. Estudo de casos: as ADPF n. 45 e 54 .....	363
9.1. A ADPF n. 45/DF .....	364
9.2. A ADPF n. 54/DF .....	365
II — A AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA .....	366
1. Generalidades .....	366
1.1. A intervenção federal .....	366
1.2. A ação direta interventiva .....	368
2. Competência .....	370
3. Legitimação .....	370
4. Objeto .....	372
5. Processo e julgamento .....	375
5.1. Procedimento .....	375
5.2. Medida cautelar .....	377
5.3. Decisão final .....	377

6. Efeitos da decisão .....	377
<b>POST-SCRIPTUM — CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E SUPREMACIA JUDICIAL: DIREITO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b> .....	381
I — Introdução.....	381
<b>PARTE I — A ASCENSÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO</b> .....	382
I — A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL .....	382
II — A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	384
III — O ATIVISMO JUDICIAL .....	387
IV — CRÍTICAS À EXPANSÃO DA INTERVENÇÃO JUDICIAL NA VIDA BRASILEIRA.....	390
1. Crítica político-ideológica.....	391
2. Crítica quanto à capacidade institucional .....	392
3. Crítica quanto à limitação do debate .....	393
V — IMPORTÂNCIA E LIMITES DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS .....	394
<b>PARTE II — DIREITO E POLÍTICA: A CONCEPÇÃO TRADICIONAL</b> .....	396
I — NOTAS SOBRE A DISTINÇÃO ENTRE DIREITO E POLÍTICA .....	396
II — CONSTITUIÇÃO E PODERES CONSTITUÍDOS.....	397
III — A PRETENSÃO DE AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO E DO DIREITO EM RELAÇÃO À POLÍTICA .....	399
1. Independência do Judiciário.....	400
2. Vinculação ao direito posto e à dogmática jurídica.....	401
3. Limites da separação entre direito e política.....	402
<b>PARTE III — DIREITO E POLÍTICA: O MODELO REAL</b> .....	403
I — OS LAÇOS INEVITÁVEIS: A LEI E SUA INTERPRETAÇÃO COMO ATOS DE VONTADE .....	403
II — A INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E SUAS COMPLEXIDADES: O EN- CONTRO NÃO MARCADO ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA .....	404

1. A linguagem aberta dos textos jurídicos .....	404
2. Os desacordos morais razoáveis .....	405
3. As colisões de normas constitucionais .....	405
4. A interpretação constitucional e seus métodos .....	407
III — O JUIZ E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS: INFLUÊNCIAS POLÍTICAS EM	
UM JULGAMENTO .....	409
1. Valores e ideologia do juiz .....	411
2. Interação com outros atores políticos e institucionais...	414
2.1. Preservação ou expansão do poder da Corte .....	415
2.2. Relações com outros Poderes, órgãos e entidades	
estatais .....	418
3. Perspectiva de cumprimento efetivo da decisão .....	419
4. Circunstâncias internas dos órgãos colegiados .....	421
5. A opinião pública .....	423
IV — A AUTONOMIA RELATIVA DO DIREITO EM RELAÇÃO À POLÍTICA	
E A FATORES EXTRAJUDICIAIS .....	426
V — ENTRE A RAZÃO E A VONTADE .....	427
<b>CONCLUSÃO</b> .....	429
<i>Bibliografia</i> .....	433